

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA Segunda Câmara Criminal 2ª Turma Processo: HABEAS CORPUS CRIMINAL n. 8033237-68.2023.8.05.0000 Órgão Julgador: Segunda Câmara Criminal 2ª Turma IMPETRANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA e outros Advogado (s): IMPETRADO: JUIZ DA VARA CRIME DA COMARCA DE ITAPARICA-BA Advogado (s): ACORDÃO HABEAS CORPUS. CRIME DE ROUBO. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO PARA O ENCERRAMENTO DAS INVESTIGAÇÕES E AJUIZAMENTO DE AÇÃO PENAL. DENÚNCIA OFERECIDA E RECEBIDA. QUESTÃO SUPERADA. AÇÃO PENAL COM TRÂMITE REGULAR. ORDEM DENEGADA, COM ESTEIO NO PRONUNCIAMENTO DA PROCURADORIA DE JUSTIÇA. A C Ó R D ã O Vistos, relatados e discutidos estes autos de Habeas Corpus nº 8033237-68.2023.8.05.0000, contra ato oriundo da comarca de Itaparica/BA, tendo como impetrante a DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA e como paciente, MARCIO CLAUDIO BRAGA RODRIGUES. Acordam os Desembargadores componentes da Segunda Turma Julgadora da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, à unanimidade de votos, em CONHECER e DENEGAR a ordem. Salvador, . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL 2ª TURMA DECISÃO PROCLAMADA Denegado Por Unanimidade Salvador, 4 de Setembro de 2023. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA Segunda Câmara Criminal 2ª Turma Processo: HABEAS CORPUS CRIMINAL n. 8033237-68.2023.8.05.0000 Órgão Julgador: Segunda Câmara Criminal 2ª Turma IMPETRANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA e outros Advogado (s): IMPETRADO: JUIZ DA VARA CRIME DA COMARCA DE ITAPARICA-BA Advogado (s): RELATÓRIO A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA ingressou com habeas corpus em favor de MARCIO CLAUDIO BRAGA RODRIGUES, apontando como autoridade coatora o Juiz de Direito da Vara Criminal da comarca de Itaparica/BA. Afirmou que o paciente foi preso em flagrante no dia 28/04/2023, pela suposta prática do delito previsto no art. 157, caput, do CP. Alegou que a prisão perdura há mais de 60 dias, sem que o inquérito policial tenha sido concluído e a denúncia tenha sido oferecida, o que configura constrangimento ilegal por excesso de prazo. Pugnou, por fim, pela concessão, em caráter liminar, do mandamus e o consequente relaxamento da prisão preventiva, requerendo que a ordem seja confirmada no julgamento do mérito. Juntou os documentos que acompanham a exordial. A medida liminar foi indeferida (id. 47334010). As informações judiciais foram apresentadas (id. 48248954). A Procuradoria de Justiça opinou pela prejudicialidade da ordem (id. 48563503 É o relatório. Salvador/BA, 23 de agosto de 2023. Des. Nágila Maria Sales Brito Relatora PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA Segunda Câmara Criminal 2ª Turma Processo: HABEAS CORPUS CRIMINAL n. 8033237-68.2023.8.05.0000 Órgão Julgador: Segunda Câmara Criminal 2ª Turma IMPETRANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA e outros Advogado (s): IMPETRADO: JUIZ DA VARA CRIME DA COMARCA DE ITAPARICA-BA Advogado (s): VOTO Trata-se de habeas corpus impetrado em favor do paciente MARCIO CLAUDIO BRAGA RODRIGUES, alegando, em síntese, a ocorrência de excesso de prazo para oferecimento da denúncia. Segundo consta dos autos, o Paciente teria sido preso em flagrante em razão da prática do crime de roubo. No que tange ao alegado excesso de prazo para o encerramento do inquérito policial e oferecimento da inicial acusatória, em consulta ao sistema PJE, observa-se que a denúncia foi oferecida e recebida, dando origem à ação penal de nº 8002346-80.2023.8.05.0124, ao que resta superada qualquer alegação neste sentido. Dessarte, incide na hipótese o entendimento já pacificado no âmbito dos Tribunais Superiores, conforme se verifica do excerto abaixo mencionado: "AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. EXCESSO DE PRAZO. NÃO OCORRÊNCIA. ALEGADO EXCESSO

DE PRAZO PARA CONCLUSÃO DO INQUÉRITO POLICIAL. TESE SUPERADA. DENÚNCIA OFERECIDA. 1. Hipótese que retrata feito complexo, com pluralidade de réus, havendo a indicação de que vários são integrantes da organização criminosa, o que naturalmente enseja maior delonga no curso processual. Os autos estiveram em constante movimentação, seguindo a sua marcha regular, não se verificando desídia por parte do Estado. 2. "Oferecida a denúncia, fica superada a discussão de excesso de prazo para conclusão do inquérito policial" (HC 534.352/GO, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 04/02/2020, DJe 17/02/2020). 3. Agravo regimental improvido. (STJ – AgRg no HC: 648585 MS 2021/0060016-1, Relator: Ministro OLINDO MENEZES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO), Data de Julgamento: 09/11/2021, T6 – SEXTA TURMA, Data de Publicação: DJe 16/11/2021). Dessa forma, não se verifica qualquer aparente ilegalidade passível de ser reconhecida por meio deste writ. Ante o exposto, e com esteio no opinativo da Procuradoria de Justiça, CONHEÇO deste habeas corpus para DENEGAR a ordem. É como voto. Comunique-se ao Juízo de origem acerca do julgamento do presente habeas corpus, atribuindo-se a este acórdão força de ofício. Salvador/BA, 23 de agosto de 2023. Desa. Nágila Maria Sales Brito Relatora